



O BISTURI

Órgão Oficial do Centro Acadêmico "Osvaldo Cruz"

Casa de Arnaldo, setembro de 1985

Ano 52 N° 1

São Paulo, setembro, 1985.

Caros leitores:

Reaparece **O Bisturi**, aquele que há 52 anos é o órgão do CAOC. Hoje, certamente **O Bisturi** é algo mais além de "órgão oficial"; talvez seja até mesmo um órgão anti-oficial... Este jornal é antes de tudo uma alternativa de expressão dos alunos da Faculdade de Medicina da USP, onde suas idéias podem aparecer na íntegra e ocupar o espaço que se fizer necessário. Antes de ser um jornal para os alunos, é principalmente um jornal dos alunos e nisso difere de qualquer outro órgão de imprensa.

Por que reaparecer neste momento? De certa forma, **O Bisturi** é um dos veículos pelos quais estamos "furando o bloqueio" travando uma luta decisiva contra todo tipo de imprensa que, muito mais do que informar, pretende determinar costumes, modos de agir, comportamentos sociais e TVs alternativas sendo implantados, com o intuito de que algumas vozes novas se façam ouvir, por que não utilizar também o jornal — esta antiga invenção que até hoje está presente em nosso cotidiano? É com esta pergunta que **O Bisturi** responde à qualquer inicial. Ou seja: ninguém faz um jornal sem qualquer motivo, e o nosso motivo é justamente este "ser nosso".

cordialmente
O Bisturi

Nesta edição:

Editorial.....	Pág. 2
Universidade: a sucessão do reitor na Nova República.....	Pág. 3
Ensino: a discussão sobre a universidade e o movimento estudantil.....	Pág. 4/5
Saúde.....	Pág. 4/5
A Liga do Ambulatório Popular	Pág. 6
Cultural: a história inacabada de oito biletinhos.....	Pág. 7
Rádios livres: atacam as piratas do ar	Pág. 8

CAOC 72



EDITORIAL EDIT ORIAL EDITORIA L EDITORIAL EDI TORIAL EDITORI AL EDITORIAL E

Cássio Machado de Campos Bottino

Conseguimos, novamente com muito esforço, publicar um número de "O Bisturi", mais de um ano após a sua última edição. Foram muitos meses de tentativas, reuniões, muitas idéias e muito trabalho como sempre, de poucas pessoas.

As dificuldades financeiras continuam as mesmas, assim como a eterna dificuldade em se conseguir pessoas interessadas nesse duro, mas gratificante trabalho. Os nossos planos de editar periodicamente uma publicação em papel jornal, com "cara" e "jeito" de jornal continuam os mesmos, assim como nossa crença de sua importância como o órgão livre e divulgador de idéias e pensamentos da comunidade acadêmica continua existindo, mesmo hoje tão distante de sua fundação.

O que será que mudou, então, em todo este tempo em que "O Bisturi" esteve ausente? Será que as únicas mudanças foram algumas poucas alterações em seu corpo editorial?

Não, na verdade muitas mudanças ocorreram durante este período, principalmente no contexto político em que nosso país está inserido. Os fatos que movimentaram o Brasil à época da última edição deste jornal fazem parte de nossa história. Muitas reivindicações que eram somente palavras de ordem tornaram-se realidade, como estabelecimento de eleições diretas para Presidente da

Sérgio Keidi Kodaira

Sentimos todos que a representação discente e a Congregação de Alunos do CAOC nem sempre puderam atender às necessidades dos colegas no atribuído 84. Falhas de discussão, faltando espaço para colocação de idéias, erros programáticos, atrasos quanto a importantes posicionamentos. Onde estaria o erro?

Existem alguns fatores que por si impõem uma ação mais ampla de ambas as instituições (estatutos, porturas das diretorias em trazer à baila certas questões e não outras, os próprios elementos eleitos...), mas além disto creio haver um erro conceitual em nosso modo de encarar o processo eleitoral; historicamente (e não poucas vezes por comodismo) acostumamo-nos, no ato de votar, mais que legitimar o poder a um representante nosso, mas a delegar-lhes junto com o poder a nossa responsabilidade social.

Quando a Congregação foi ressuscitada, imaginei que ela seria o palco de discussões acima da ordem administrativa. Foi um engano. Questões como reforma do espaço físico, restaurante etc é que nos foram apresentadas a nível de informe!

E os posicionamentos políticos? E a greve ASUSP-ADUSP, causa de tanta indisposição nas classes do ICB? Por mais que tentássemos não se instituía uma discussão. O fato é que a Congregação serviu não para discutir e determinar as diretrizes a serem tomadas pelo CAOC, mas somente legitimar de maneira formal decisões tomadas a nível de Diretoria. Repito: foi ingenuidade nossa. E os congrega-

República, a legalização dos partidos clandestinos, as eleições para prefeito das capitais e outras conquistas que eram somente sonhos há alguns anos atrás.

O nefasto regime de ditadura militar felizmente acabou e respiramos agora os ares mais democráticos da "Nova República" Entretanto, enquanto seguimos vivendo este período de transição para uma democracia, que desejamos plena, é fundamental que não esmoreçamos. Os grandes problemas que afligem a maior parte da população do Brasil continuam. A fome, o desemprego, a inflação, a insegurança, as precárias condições de atendimento médico e a falta de escolas suficientes persistem. Podemos entender as enormes dificuldades que se apresentam aos nossos dirigentes e que nenhuma dessas questões que afligem o nosso país, verdadeiro continente, serão resolvidos com um passe de mágica.

Portanto, é fundamental, que a responsabilidade de tornar o Brasil uma nação viável caiba a todos os brasileiros e a nós, parcela privilegiada da população, caberá assumir, com firmeza e determinação, uma parcela dessa responsabilidade, participando ativamente através de nossa atividade profissional e, também, influenciando no processo político como cidadãos.

Os limites da Democracia (I)

dos, com certa razão, foram cobrados de não servirem de ponte entre CAOC e os alunos. Mas o que levaríamos a eles? É preciso que tenhamos em mente que o Congregando serve de "mão dupla" e sua principal função seja levar à Congregação os pareceres de seus eleitores.

A responsabilidade social não é transferida ao representante, muito pelo contrário: continua em cada eleitor na consciência de discutir e formular as questões que nos afligem. A representatividade, o dever de levar à Congregação as posições de classe é que são delegadas ao congregando ou a qualquer representante e quando este não gera suas funções com presteza, deve ter em mente os direitos dos eleitores em retirar-lhe o poder atribuído. Isto ocorre em qualquer circunstância: se um deputado ou senador ou o diabo são incompetentes ou tomam posições não condizentes com seus representados, não cabe a ele toda a responsabilidade do autoritarismo, mas também a quem o elegeu, que ao sentir-se lesado, tem por definição o direito de retirar-lhe sua legitimidade.

Em suma: não se deve esperar que, ao votar em alguém, este decida por seus eleitores. Os eleitores devem decidir e o representante deve acatar as posições tomadas coletivamente e, como pessoa, ter direito a seu posicionamento individual nas discussões sem o peso, de seu cargo.



O Bisturi: Órgão oficial do Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz", da Faculdade de Medicina da USP.

Redação:

Av. Dr. Arnaldo, 455 (Subsolo) - Tels. 282-9023 e 852-2922

Editores:

Marcelo Urbano Ferreira (3ºB)
Yeh Chih Yung (1ºB)

Colaboradores:

Adriano Segal (4ºA)
Cássio Bottino (4ºA)
Celso Ribeiro (6º)
Edson Toyoji Murasaki (3ºA)
Kazusei Akiyama (4ºA)
Mauro Roberto Tucci (2ºB)
Maurici F. dos Santos (4ºB)
Sérgio Felipe de Oliveira (3ºB)
Sérgio Kodaira (3ºB)

Ilustrações:

Yeh Chih Yung (1ºB)

Fotografias:

Departamento Fotográfico do CAOC

Diagramação:

Evelise Bruno Petta

Os artigos publicados neste jornal são de inteira responsabilidade daqueles que os assinam e os conceitos neles emitidos nem sempre coincidem com os de sua direção.

Estas páginas estão abertas para estudantes e professores. Os artigos deverão ser entregues na Secretaria do CAOC dentro do prazo a ser estipulado e divulgado, preferencialmente datilografados.

Os artigos que eventualmente não foram incluídos nesta edição, por falta de espaço, o serão oportunamente. A pauta do próximo número de O Bisturi será elaborada em reunião aberta a ser divulgada amplamente pelo CAOC.

Composição, montagem, fotolito e impressão:

Cia. Editora Jorués, Rua Artur de Azevedo 1977 — São Paulo — SP

Agradecimentos:

Mônica Cerruti, secretária do CAOC, que pacientemente datilografou todos os artigos.
Romildo Fabricio, repórter-fotográfico N° 15.102-M.T., autor das fotografias do logotipo deste jornal.

Tiragem: 3.000 exemplares.

Sucessão nas terras do "Rei Thor"



1. "Haberemos" novo Reitor
O mandato do atual reitor da USP, Hélio Guerra Vieira, termina em janeiro do próximo ano.

O papel do reitor, na atualidade da USP, determinado pelo Estatuto (16/12/69) e Regimento Geral (28/03/72), é de grande importância. Senão vejamos: a) é o reitor que convoca e preside o Conselho Universitário (abreviado, por questões de pudor, para CO e não C...), o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade), o CTA (Conselho Técnico-Administrativo), o Conselho Administrativo da Fundusp (de que são membros o Reitor, o Vice-Reitor, o Prefeito da Cidade Universitária, sete professores e um Diretor Executivo, todos nomeados pelo reitor, e dois representantes de secretarias estaduais); b) é o reitor que prepara a pauta do CO e é este Conselho que aprova o orçamento da USP, feito a partir de uma comissão cujos membros são escolhidos pelo CO ou pelo próprio reitor; c) muitos absurdos mais...

E o Conselho Universitário? O "órgão máximo" da USP é composto pelo próprio reitor, o vice-reitor (ambos nomeados pelo Governador do Estado), os diretores de cada unidade (escola, faculdade ou instituto), que são escolhidos pelo reitor, um representante de cada Congregação de unidade (que reúne majoritariamente professores titulares), um representante de cada categoria docente (auxiliar de ensino, mestre, doutor, livre-docente e adjunto), um décimo de re-

presentantes discentes (alunos, que perfazem apenas sete membros), nenhum funcionário da universidade e alguns "representantes da comunidade" (ou seja, um da Federação das Indústrias, outro da Federação do Comércio e outro da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, todas portanto entidades patronais).

De tudo isso nota-se que a maioria das decisões importantes tomadas na USP está nas mãos do reitor ou de seus escolhidos. Sem querer entrar no mérito da (i) legitimidade (pois que ilegal não é; está conforme o atual Estatuto da USP...) de todo esse poder, queremos frisar a importância de termos um reitor verdadeiramente comprometido com os interesses da comunidade universitária.

2. A eleição do reitor na "Nova República"

O modo mais aceito hoje pela comunidade universitária (alunos, professores e funcionários) para a escolha do reitor, devido à composição antidemocrática do CO, que elabora a lista de "reitoráveis" a ser enviada ao Governador, é a eleição direta paritária, isto é, cada segmento (alunos, professores ou funcionários) participa com um terço de peso nesse processo eleitoral.

Alguns falam em eleição direta universal, em que o voto é por indivíduo e não por segmento (isto é, o voto de um aluno tem o mesmo peso do voto de um professor ou funcionário). A eleição paritária se impõe pelo fato de a universidade estar dividida

em segmentos ou categorias e não formar um todo com as mesmas idéias e objetivos, ou seja, cada um se sente membro de sua categoria antes de ser membro da universidade.

Outros falam da participação da população, dizendo que se a eleição fosse feita somente pela universidade esta se desviaria de seus objetivos iniciais de servir à população. Fala-se por isso em escolha de listas tripliques de candidatos, pela comunidade universitária, e a escolha de um dos nomes caberia ao teórico "representante" da população: o Governador do Estado ou o Presidente. Há diferentes problemas e soluções; não existe consenso geral.

Apesar desse desejo de eleição direta, segundo o Estatuto da USP a eleição se processa pela formação de uma lista sêxtupla de candidatos, votada em reunião do CO, que é apresentada ao Governador do Estado para a nomeação de um dos seis. Discute-se a mudança da forma de eleição, mas parece que as regras do jogo não vão mudar (pelo menos para esta eleição).

O que se tem feito em outras universidades é eleger, através de eleição paritária, um nome e tentar colocá-lo na lista sêxtupla. Em alguns casos, como nas universidades federais, a escolha do reitor é feita pelo próprio Presidente da República. Nas federais do Rio de Janeiro e de Brasília, o nome escolhido pela comunidade foi nomeado pelo Presidente. Mas em outros casos não, como na Unesp: lá, o candidato da comunidade

embora estivesse na lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Universitário, não foi o eleito pelo Governador democrata Franco Montoro.

Na USP pretende-se fazer algo parecido, mas com desfecho mais feliz. Caso não sejam mudadas as regras do jogo, a lista sêxtupla será elaborada em reunião do CO, provavelmente em dezembro. Os representantes discentes no CO, eleitos no final do semestre passado (em número de sete) já se comprometeram publicamente a referendar o nome escolhido pela comunidade em eleição direta, e incluí-lo na lista sêxtupla.

A nós, professores, funcionários e estudantes, cabe o dever de zelar pelos rumos da universidade de que somos membros. Assim, é importante que tomemos parte nesse processo, participando e organizando a eleição e os debates que se fizerem necessários.

Mauro Roberto Tucci

Residência Médica no H.C.

CELSE RIBEIRO

Sabemos que 97% dos alunos da FMUSP fazem residência no H.C., tanto como complemento de sua formação médica como também para iniciação profissional.

Mas o que é o residente? Aluno? Médico do H.C.? Simplex estagiário, perfeitamente dispensável para o H.C.? Tocador de serviço?

Precisamos definir essas questões, momento em que a idéia de extinguir a residência no H.C. ou reduzir as vagas em algumas áreas (por exemplo, a cirurgia) está sendo discutida em todo o H.C. E os alunos? Vamos abrir mão de nossa complementação profissional na residência? Vamos aceitar uma remuneração abaixo do mínimo indispensável para a sobrevivência do médico residente?

DIRETORIA DO CAOC.

Pode parecer curioso o Centro Acadêmico promover uma grande discussão sobre a residência médica, mas a coisa muda de figura se pensarmos que, anualmente, cerca de 97% dos formandos da escola entram para a residência no H.C. Sob esta ótica, tudo o que aconteceu ou deixado acontecer em termos de residência nos diz respeito diretamente.

Com todo o alarde criado em torno da greve dos residentes todos ficamos sabendo de algumas coisas, especialmente sobre a questão salarial e a reivindicação do piso de 6 salários mínimos para o médico residente. Ressalte-se de passagem a completa justiça desta luta, considerando-se o tempo e dedicação dispendida durante a formação médica, o volume e responsabilidade de trabalho do residente além da impossibilidade real de dedicar-se a outro emprego. Agora, se apoiamos realmente esta luta não podemos ficar apenas nas palavras, devemos passar às ações reais, ou seja: divulgar e tornar conhecida entre os alunos a real situação da residência médica no H.C.

Fosse apenas o salário minguado o quadro não seria tão negro. Mas é pior, e o buraco está bem mais embaixo. Nós recusamos a encarar a residência médica como um simples emprego. Sempre lutamos pela formação generalista na graduação, para que um médico formado por esta escola tivesse um conhecimento sólido na grande área médica. Nada mais justo que esperarmos a residência uma opção para o aprofundamento do conhecimento teórico e prático em uma das especialidades médicas, além é claro do compromisso de um pré-requisito básico para uma colocação no mercado de tra-

balho. E a julgar pela estrutura do Hospital das Clínicas não deveria haver dúvida sobre a qualidade dos estágios oferecidos. Não deveria... A realidade não é bem esta. Todos sabemos da precariedade de vários estágios e o tratamento dispensado aos residentes varia enormemente de clínica para clínica dependendo quase exclusivamente da idéia de cada chefe, sendo pouca a influência exercida pelo Conselho de Aprimoramento Médico, teoricamente responsável pela qualidade dos estágios. A proliferação de R3, R4, R5 e RN e o esvaziamento do papel do residente na pesquisa científica tende cada vez mais a caracterizar a residência como um cabidão de empregos, mal remunerado além de tudo. Com tudo isto, alguns ainda não se conformam com o fato dos residentes terem o direito à garantia trabalhista e uma regulamentação mínima de sua atividade e batalham por estes direitos. Para acabar com este absurdo nada melhor do que acabar com o residente e nada melhor do que encher o H.C. com estagiários, sempre subservientes, sem direito a bolsas ou a abrir a boca. É isto: tem gente querendo acabar com a residência no H.C. e substituí-la por Curso de Aprimoramento não remunerado ou quem sabe até mesmo pago. Nós pensamos que a residência não foi feita para tocar trabalho apenas e que o H.C. tem o dever de oferecer estágios em residência médica aos alunos desta escola, com bom nível teórico e prático, coordenados em residência, como acesso à produção científica e a pós-graduação, remunerado de maneira condizente com sua responsabilidade e carga de trabalho.

Teatro do CAOC: pela reconstrução, já!

1. PELA RECONSTRUÇÃO!

O Teatro do Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz" (CAOC), da Faculdade de Medicina da USP, nasceu como um espaço cultural alternativo para os estudantes universitários de São Paulo. Durante quase dez anos seguidos, abrigou shows, debates, mostras, cursos, e serviu, principalmente, como local de ensaio e apresentação para diversos grupos de teatro amador (e/ou universitário) paulistanos. Nestes anos todos, foi sobretudo a sede do Grupo Teatral Medicina, GTM, até hoje um dos mais importantes grupos de teatro amador da USP em atividade.

Há quase dois anos, o Teatro do CAOC está sem condições de uso. Telhado esburacado, vidros quebrados, arquiabancadas (de tábuas de madeira) ameaçando ruir. A instalação elétrica reclama revisão urgente, sob risco de incêndio; a iluminação precisa ser refeita. Mas faltam verbas para que o CAOC realize as reformas.

No ano passado, foi feito um acordo com a diretoria da Faculdade de Medicina, que viria a solucionar o problema: o CAOC cederia um determinado espaço de seu teatro para a instalação da casa das máquinas de um elevador e em troca o teatro seria totalmente reformado, inclusive com o deslocamento dos setores das arquiabancadas prejudicados pela presença das tais máquinas. Infelizmente, esse acordo foi verbal; as máquinas foram prontamente instaladas, "comendo" um pedaço do palco, e a retribuição foi esquecida por completo.

O Teatro do CAOC precisa ser totalmente reconstruído: novas arquiabancadas, novo palco, novas instalações elétricas, um sistema eficaz de refrigeração, nova iluminação e novo telhado, com forro. Para isso, um projeto arquitetônico minucioso precisa ser elaborado. Evidentemente, o CAOC não poderia arcar com todas essas despesas — e por isso elaborou este dossiê, que procura chamar atenção para a necessidade de apoio, salientando a importância do Teatro do CAOC para as atividades culturais dos alunos desta Faculdade.

São Paulo, setembro de 1985.

2. PASSADO E PRESENTE

O Teatro do CAOC surgiu em meados da década de 70, de modo muito peculiar. A

área que ocupa pertencia então ao Departamento de Histologia, que estava de mudança para a Cidade Universitária. Era o laboratório para as aulas práticas; embora já desativado, conservava as longas bancadas para microscópios e uma parede que dividia a sala ao meio.

O ex-laboratório estava prometido ao CAOC há muito tempo, para a construção do Teatro; no entanto, sua entrega definitiva era sucessivamente adiada. Em certa ocasião, ao ser marcado um show com o Chico Buarque lá no CAOC, a necessidade do Teatro se tornou premente: choveu durante toda a véspera do dia do show, que seria ao ar livre (no jardim interno da Faculdade). À noite veio o desespero: e se chovesse no dia? A solução foi imediata: meia dúzia de "caoqueiros" arrombou a porta do antigo laboratório, derrubou a parede central da sala e, no dia seguinte, tendo como palco um monte de escombros, Chico Buarque inaugurava gloriosamente o Teatro do CAOC.

Ao ser construído, o Teatro ganhou arquiabancadas em torno do palco, para cerca de 150 pessoas, um sistema de iluminação, alguns armários, uma pia — e muita atividade cultural. Foi então um dos poucos espaços culturais que se mantiveram à margem do circuito comercial, permitindo a divulgação de trabalhos alternativos e experimentais.

O uso ininterrupto e a escassez de verbas de manutenção deterioraram o teatro rapidamente. A partir de 1984, ele foi quase completamente abandonado. Dal em diante, o Grupo Teatral Medicina ("Cia. Escreveu Não Leu o Palco é Meu"), por ironia do destino, ficou sem palco próprio para ensaiar.

Agora, em julho de 1985, o Grupo Teatral Medicina volta à cena. Classificado para o 9º Festival de Teatro do SESC, recebeu três indicações (direção, cenografia e iluminação), um prêmio (melhor roteiro musical) e vários convites para novas apresentações.

Evidencia-se agudamente, mais uma vez, a necessidade do Teatro em condições de funcionar. E é neste momento que o Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz" lança o apelo:

TEATRO DO CAOC: PELA RECONSTRUÇÃO, JÁ!

Conhecer é uma forma de poder. E como na sociedade há os que têm poder e os que não têm, procura-se similarmente dividir a entre os que conhecem e os que não conhecem. Por extensão, numa sociedade cuja divisão social do trabalho se funda na separação entre proprietários e não-proprietários, os proprietários do saber são reconhecidos como competentes para falar, decidir, interpretar e prever. Os tidos como incompetentes são desqualificados para participar de elaborações, de eleições, de decisões decisivas, podendo, às vezes, ser consultados, executar tarefas, votar dentro de certas limitações etc. Ora, os mais competentes seriam então os que detêm o conhecimento mais sistematizado e metódico, ou seja, os que detêm o saber acadêmico, o conhecimento científico, que em tese se produz e se difunde fundamentalmente nas universidades. Uma intensa polêmica, que está longe de terminar, vem questionando o conhecimento universitário a partir de reflexões sobre os conteúdos desse conhecimento, as formas pelas quais ele é elaborado, a função de quem ele existe. Dessa larga discussão, retiro aqui alguns elementos norteadores da sequência das notas constantes no presente artigo: a) a complexa relação entre competência e compromisso (especialista mais político); b) educação como fator de mudança social; c) a democratização e suas consequências.

Palco de briga

As pressões e perseguições pós-64 que atingiram a Universidade suscitaram inicialmente resistências e paulatinamente forjaram movimentos de denúncia, crítica e organização, em articulação com outras forças sociais democráticas da sociedade. Foram movimentos constituídos por setores minoritários mas expressivos e crescentes, podendo se assinalar a vigorosa atuação individual de professores e algumas associações de docentes, a atuação de setores do movimento estudantil e, mais proximamente, a dos servidores. As instituições de ensino superior se tornaram palco de conflitos entre conservadores e progressistas e houve nelas lutas, mais ou menos organizadas aqui e acolá, pela democratização, pela melhoria do ensino, por condições dignas de trabalho. A politização cresceu internamente e o envolvimento político externo foi e é um fato natural. Considerando o atual período de transição no país, os debates políticos se centram na busca dos caminhos de uma efetiva democratização e as discussões daquilo que é específico da política universitária tornam-se acirradas.

Os riscos da penumbra

Penso que deva haver um amadurecimento deste tema a ser realizado por toda a comunidade universitária. Dentre os que combatem ou defendem a politização, os argumentos ficam muito polarizados nos prós e contras, sem um aprofundamento necessário. As formas pelas quais a discussão tem se desenvolvido apresentam uma dupla face contraditória, preenchida de riscos e potencialidades. Os riscos mais apontados são: populismo, assembleísmo, corporativismo dos segmentos, eleições encardidas como a varinha mágica das mudanças desejadas. Certamente eles existem e são resultado do nível político da população brasileira em geral, que rebatem no meio universitário, em que as maiorias não têm assegurados seus direitos de cidadania e vícios graves impedem a elevação deste nível. Contudo, bem antes deles já existiam outros riscos tão perigosos quanto estes e que permanecem recorrentes, porém postos em penumbra: o mito de neutralidade científica, a defesa de privilégios grupais e de categorias, a centralização do poder e das decisões, o empreguismo e assim por diante. Não se deve esquecer que as eleições são um meio para quebrar poderes encastelados e impostos, um meio que tem de ser necessariamente completado com outros (efetiva representação nos colegiados, assumir responsabilidades, informação adequada etc.), e cujas formas atuais certamente se aperfeiçoarão no processo de sua implantação. Que as assembleias, quando bem conduzidas, foram instrumento eficaz de mobilização e conscientização das comunidades universitárias, nas quais predominam normalmente, a passividade da maioria, espaços em que isolam as unidades acadêmicas, e os desgastados e não representativos. O querer transformá-las no único mecanismo de participação e decisão ou usá-las de modo manipulador é tese inquestionavelmente indefensável. Sem falar das dificuldades que as assembleias encontram para serem realmente representativas. Que os membros dos segmentos se unam, inicialmente, por interesses econômicos-corporativos, e só depois possam progressivamente chegar à consciência política da totalidade, é uma constatação real: a tradição brasileira do corporativismo, neste particular, pesa bastante; ele é deletério e deverá ser superado.

Não se pode confundir política partidária com política universitária, mas suas relações não são limpidas e precisas. A política universitária se funda no tripé ensino/pesquisa/extensão e deve ser capaz de integrar competência (que é obtida pela disciplina de trabalho, pelos títulos acadêmicos, pela produtividade, pelas experiências profissionais, administrativas e outras) com compromisso político (que envolve participação e discussão sobre as relações de poder internas, a gestão de recursos, a definição do tipo de conhecimento que se quer produzir e a quem ele servirá, a militância como cidadão em todas as esferas da sociedade e a elaboração de subsídios teóricos para a vida política e mesmo para a política partidária da Nação).

Autonomia e missão

A autonomia é necessária para que a Universidade cumpra a sua missão. Usualmente, ela recobre as dimensões didático-científica, financeira, administrativa, disciplinar e política, no sentido de busca da verdade dentro do pluralismo do pensamento. Ela deve permitir às instituições escolherem currículos e programas, balizados por normas federais mínimas e valores que garantam a unidade nacional, aloquem os seus recursos, estabeleçam as suas formas de governo. Contudo, ela não desobriga o Estado de manter a educação, nem exige todos os sujeitos da comunidade do cumprimento de suas responsabilidades, os quais devem ser controlados pela sociedade e avaliados em seu desempenho sob formas eficazes e sereis pensadas. Os sistemas avaliativos devem assegurar a autonomia e serem dosados com mecanismos externos que estabeleçam critérios de qualidade e prioridades, evitando a concentração de poderes, a manutenção de desigualdades entre regiões e instituições, bem como favorecimentos.

A função social da Universidade é um imperativo e, se ela envolve em princípio todos os setores sociais, algumas opções hoje estão claras: a Universidade deve responder à lógica das maiorias, lutando pela universalização do ensino básico, expandindo quantitativa e qualitativamente o acesso ao ensino superior, elevando os padrões de ensino e pesquisa, formando homens críticos e responsáveis e colaborando ativamente no desenvolvimento. É essencial à formação profissional uma discussão política, que condicione o processo educativo consciente ou inconscientemente no sentido da conservação ou da transformação social.

Sustento que a autonomia e a democratização não são dados a priori, mas devem ser conquistados diuturnamente e não se realizarão por donações de cima para baixo. As relações universitárias de poder estão impregnadas do verticalismo, autoritarismo e elitismo típicos da organização social brasileira. E elas se expressam nas relações professor-aluno, professor-professor, direções-bases, administração superior-colegiados etc. O processo de democratização é penoso, conflitivo e não tem receitas universais. Como todos somos aprendizes de democracia, o processo de sua concretização é feito de avanços e recuos, de acertos e erros, e ele se constrói praticando, revendo, aperfeiçoando. As posições da comunidade são controversas, tanto no que se refere ao acesso, à função social, como à estruturação interna.

As divergências maiores atualmente dizem respeito ao governo universitário, desde as eleições para os cargos diretivos, com destaque para o reitor, passando pelas representações das categorias (auxiliares, mestres, doutores, titulares etc.) nos órgãos colegiados, até o peso a ser dado a cada segmento. Sem esquecer a questão da complexa correlação democratização-compromisso.

Eleição é evolução

A democratização universitária se funda na competência (escolar, funcional, mérito acadêmico etc.) e deve favorecer a. Respeitando as razões da reavaliação por um padrão único de qualidade, julgo mais conveniente um padrão mínimo de qualidade no ensino e na pesquisa. A carreira unificada pode ajudar, respeitando-se situações variáveis e as já consolidadas. A produção deve combinar títulos, produtividade, experiências profissionais e administrativas. O regime de trabalho deve atender às necessidades e permitir o seu efetivo cumprimento. O ensino necessita de sua integração com a pesquisa. É preciso democratizar critérios de seleção e atendimento e escolha de prioridades nas pesquisas, bem como democratizar as agências financiadoras (constituição de comitês democráticos, conhecimento público dos critérios estabelecidos etc.).

As eleições significam hoje um passo evolutivo. Eleições diretas em todos os níveis são valiosas, devendo-se amadurecer as experiências de peso ponderado entre os segmentos, da facultatividade ou obrigatoriedade do voto, do quórum qualificado para a escolha. O voto indicativo para a formação de listas vem acirrando tensões nas comunidades, cujos anseios, no presente momento, convergem para a escolha imperativa da nomeação do mais votado, sob formas diversificadas em cada instituição (maioria simples ou absoluta, turnos eleitorais etc.). Um certo descrédito e cansaço dos docentes para a participação nos colegiados e conselhos indica a necessidade de repensar o papel dessas instâncias e rever a representação que garanta maior legitimidade. Discute-se se a paridade ou formas distintas de participação para os membros dos segmentos (maior peso de docentes em questões de pesquisa, de estudantes e professores em questões de ensino, de funcionários em questões administrativas etc.) são as ideais. Julgo que essa decisão cabe a cada instituição em função de assumir a sua autonomia. As práticas em andamento na PUC de São Paulo, de paridade em várias unidades e alguns colegiados, e para todos os colegiados nos novos estatutos, e de outras universidades que a estão propondo (Unesp), devem servir de paradigmas para uma avaliação de sua eficácia e validade.

Luiz Eduardo W. Wanderley é o reitor (eleito diretamente) da PUC de São Paulo. É autor de *O que é Universidade* (Brasiliense).

Este artigo foi publicado inicialmente no Folheto (25/08/1985).

As notas a seguir apresentam brevemente idéias cuja discussão é pressuposta em uma análise mais detida do conceito de universidade e de sua realização. Mas há quem se recuse sistematicamente a debatê-las, à falta de argumentos — e que por isso reduza o trabalho universitário a um apanhado de normas e técnicas de ensino, pesquisa, administração e controle.

O conjunto destas notas compõe um argumento cujos personagens se delineiam aos poucos; e o autor convida os espectadores a uma total inversão de papéis.

1. Ser e estar na universidade

A trajetória da USP difere, no essencial, das experiências universitárias conhecidas entre nós. Sua criação, em 1934, resume-se à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) como pólo aglutinador e complementar de quatro instituições pré-existentes: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a ESALQ, de Piracicaba. De início, a universidade nascente já contava com o renome das escolas tradicionais que passou a reunir, mas por outro lado recebia a impossível tarefa de colocar, lado a lado, as quatro unidades antigas e a nova FFCL, compondo um conjunto universitário. A USP traz, ab ovo, o signo da divisão, da composição mal realizada (ou talvez irrealizável) de diferentes experiências e tradições de ensino e pesquisa. Daí a questão: somos uma universidade? Um sim não responderia à realidade observada no cotidiano; um não pareceria um convite à total dispersão, embora haja ainda resíduos de integração e vida universitária. Melhor seria dizer que podemos vir a ser uma universidade.

Ter por objetivo compor-se em universidade significa possibilitar o diálogo entre as distintas áreas do saber e as diferentes concepções e soluções políticas, sociais e culturais que coexistem na USP. A base desse diálogo só pode ser uma mesma compreensão dos objetivos da atividade universitária, seja ela realizada na área tecnológica, na de ciências humanas ou biológicas. Somente assim as diversas modalidades do saber podem conviver sem aparente contradição. Talvez seja precisamente esta a essência do ser e estar na universidade.

O "estar na universidade", para a Faculdade de Medicina, é ainda uma questão não resolvida. Embora a cada dia se evidencie a importância da pesquisa básica para a prática médica, a FMUSP ainda não consegue relacionar-se, nem mesmo cientificamente, com o ICB. As múltiplas possibilidades de relacionamento com outras áreas do saber (sociologia, antropologia, psicologia, biologia, nutrição, farmácia...) são, na prática, impedidas tanto pelas barreiras burocráticas de uma estrutura administrativa esclerosada quanto pelo próprio isolamento da FMUSP como unidade de ensino profissionalizante. Esse é um fator que diminui o potencial de qualidade e abrangência da formação obtida na FMUSP — muito mais FM do que USP —, que se escora no mito de "excelência" ou "padrão A" desta faculdade, mas ignora as múltiplas possibilidades abertas desde que a Medicina passou a integrar a USP. E precisamente aí está o grande abismo entre a formação em uma boa escola médica norte-americana ou europeia e a nossa. Enquanto lá o ensino médico é universitário (na total abrangência da palavra), aqui recebemos uma formação meramente técnico-profissionalizante.

2. Crises

O "estar na universidade" de imediato nos coloca em contato com a conhecida "crise da universidade brasileira". Há quem negue que haja reflexos dessa crise na FMUSP, que se manteria como centro "de vanguarda", "de ponta", a melhor escola médica do país. Nosso nível de ensino e pesquisa é, sem dúvida alguma, o mais elevado do país; no entanto, é preciso lembrar que nossa posição é relativa e há, em termos absolutos, uma queda do nível de formação universitária em todo o país. O fato de estarmos como que no topo do mastro de um navio em naufrágio não significa, apesar de não estarmos ainda submersos, que não haja um perigo iminente.

O que é essa crise? E em parte financeira: a deterioração do nível salarial de professores e funcionários, a falta de verbas públicas para a pesquisa e a manutenção de equipamentos. Mas é também política e administrativa, que se reflete na insatisfação despertada em todos pela forma como são tomadas as decisões centrais da universidade e na degeneração da administração em mera burocracia, que dificulta todo tipo de relação e inovação. É também a crise ideológica de uma instituição em fase de redefinição de objetivos; afinal, a própria universidade não sabe claramente a quem e a que serve, qual o seu lugar social e como sua atuação crítica e transformadora poderia desempenhar um papel efetivo nas mudanças sociais. Por fim, é também uma crise de rejeição, resultado de um período em que se privile-

giu outro tipo de ensino, cujo paradigma é a Escola Superior de Guerra — esta sim um centro "de excelência" a que nunca foram negadas as verbas necessárias.

Há também outra face da "crise universidade", com características completamente diferentes. A crise é inerente a uma instituição

Um Por

Os artigos que se seguem, do movimento estudantil e dos estudantes de uma universidade e dos estudantes de uma universidade, são apresentados aqui como é, apenas permeando a necessidade de continuar a reflexão imediatas e urgentes que os estudantes universitários têm.

A abertura de um dossiê em O movimento estudantil é o passo de Estudos sobre a Universidade analisadas contribuições recentes em uma linha própria de pensamento universidade com que temos como é iniciar uma reflexão mais elaborada. UNE... o próprio espaço político

SA

Temos no Brasil um sistema de saúde de quase todo voltado para a onerosa medicina curativa. Sabemos que essa forma de assistência médica não melhora efetivamente o estado geral de saúde da população, funcionando apenas como forma paliativa. Os grandes responsáveis pelo precário estado de saúde da população brasileira são a verdade os setores que tangenciam a assistência médica, quais sejam, a habitação, alimentação, saneamento básico e educação. Setores estes que deveriam atuar conjuntamente com o programa de saúde. No entanto, a má administração e o jogo de interesses econômicos coloca a assistência médica em precária situação e incapaz de diminuir a morbidade da população.

Esse dessincronismo entre os diversos setores que tangenciam a saúde e o próprio sistema de atendimento médico no Brasil, fez com que a assistência médica das associações previdenciárias brasileiras entrassem em falência: a medicina curativa não resolve.

Essa crise geral não é novidade para ninguém e seríamos por demais repetitivos se dissertássemos sobre tudo que está envolvido nessa caótica situação.

Seria interessante se apresentássemos aqui algumas propostas, e ainda melhor, propostas sobre as quais nós acadêmicos, poderíamos atuar.

Sabemos que o ensino médico estruturado de tal maneira que o estudante se situa numa posição unicamente receptiva do conhecimento, e mesmo a aplicação desse conhecimento durante a graduação não chega a exercer qualquer influência sobre o estado de saúde da população. Mas o acadêmico sente a necessidade imediata de participar, trabalhar seus conhecimentos,

to, crise e idéias

se desenvolvem contradições — e a universidade em espaço de contradição. Nela convivem o velho novo, a reprodução e a criação de ideologias e de ser, o "servir ao Estado" e o "transformar o Estado". Essa é a outra crise; não a crise estéril da dependência, mas a crise fecunda da criação de possibilidades, invenção e transformação proporcionadas

Marcelo Urbano Ferreira
pela própria natureza do trabalho universitário. E com a perspectiva de criar e inovar que a universidade exige autonomia frente ao Estado. A universidade difere da escola técnica por criar e desenvolver seus próprios conteúdos, em vez de simplesmente reproduzir um saber adquirido em outros centros.

É preciso observar que a superação da crise da decadência, em seus aspectos principais, é pressuposto essencial do desenvolvimento da atividade criadora que deve caracterizar a universidade. Por isso, as exigências de mais verbas, mais democracia e plena autonomia para a universidade são, antes de mais nada, apelos para a manutenção de um bom nível de trabalho e produção na universidade; em outras palavras, democracia e competência são atributos indispensáveis de uma instituição de ensino superior.

3. "Comunidade", ideologia e política

Há quem diga que os movimentos por democracia e autonomia na USP são momentos de politização indevida da universidade e de introdução de ideologias em uma instituição que, por natureza, deveria ser neutra e apolítica. Se isto fosse dito há um século, quando ainda se acreditava na neutralidade da atividade científica, talvez tivesse algum sentido; mas hoje isso não passa de um discurso vazio. Vejamos porque. A neutralidade das idéias ou da ciência só é pensável quando relacionada a um ponto referencial absoluto — por exemplo: a noção de verdade. Ou seja: poder-se-ia dizer: "é neutro porque é verdadeiro". Mas a noção de verdade é, em si, um valor (e portanto algo relativo) subjacente a uma idéia "neutra". A idéia de valor exclui a possibilidade de neutralidade; a "referência a valores" (na expressão de Max Weber) é aliás o oposto da neutralidade.

As atividades próprias da universidade — ensino e pesquisa — não são isentas de referências a valores como a verdade, a competência, a eficiência, a "excelência". Procurar dissimular esses valores subjacentes é, esta sim, uma operação ideológica para ocultar uma realidade; portanto, é ideológico afirmar que a universidade é uma instituição neutra, que estaria sendo corrompida pela introdução da "política" em seu interior. Sabe-se muito bem, aliás, que a atividade política é inerente ao cotidiano universitário — e para verificar isso basta lembrar quantos ex-alunos ou professores da USP estão hoje em cargos políticos e de direção estatal.

As divisões que permeiam a sociedade, de que surgem vários partidos políticos e diferentes concepções dos problemas sociais, estão igualmente presentes na universidade. Quando um lado fala contra a introdução da "política" ou das ideologias na universidade, pode-se traduzir isso como uma preocupação pelo aparecimento de políticas diferentes da sua no interior da universidade. Se há uma antiga geração, ainda majoritária nos postos de direção da USP, certamente existe em contrapartida uma imensa maioria de professores, funcionários e alunos insatisfeitos e em permanente luta contra eles. A palavra é precisamente esta: luta. E onde há luta não há "comunidade", que por definição se baseia na comunhão de interesses. Não existe, portanto, a tal "comunidade universitária" de que tanto se fala; existem sim um grupo apegado ao poder e o restante procurando conquistá-lo. No âmbito dessa luta, fala-se em democracia na universidade: em eleições diretas e paritárias, em estabelecimento de estatutos menos repressivos, em abertura de concursos realmente públicos para o preenchimento de cargos de professor e funcionário. É essa a política e a "ideologia" que se procura trazer à universidade. Aqui, política tem um significado claro: é a atividade que coloca o poder em questão.

Mas não certamente continuaremos a ouvir, vindas de professores da FMUSP, coisas do tipo: "não me envolvo em política" ou "isso está cheirando a política". Nada mais ingênuo e, ao mesmo tempo, ideológico! Há ainda quem confunda política partidária — que, esta sim, não deve permeiar a vida universitária — com uma política para a universidade que seus próprios membros precisam traçar democraticamente. São esses professores "apolíticos" que vêm tomando, em silêncio, uma série de decisões em nome da "comunidade da FMUSP" como se tais decisões nada tivessem de político e, o que é pior, de ideológico. Nada existe de mais falso e danoso à universidade e a seus alunos...

Quando tais questões vêm à discussão, o "estar na universidade" transforma-se em experiência universitária. A experiência não pressupõe apenas uma frequência assídua às aulas, mas principalmente uma constante prática de reflexão e debate. Não é provável que todos os que, por algum motivo, entraram na FMUSP tenham por objetivo viver essa experiência universitária em sua plenitude de formação técnica, humanística e pessoal — mas sem isso a formalidade de "ser doutor" não corresponderá a uma realidade de formação médica. Pois é aí que se diferencia claramente formação de informação.

USP: Estatutos, Incisos e Alíneas

Paulo de Sena Martins.

Este texto é resultado da primeira discussão realizada entre os representantes discentes no Conselho Universitário, eleitos em junho, sobre a proposta de estatuto elaborada pela Comissão nomeada pelo Reitor Hélio Guerra. A redação final é do colega Paulo, aluno da Faculdade de Direito.

Antes de fazer qualquer especulação sobre a proposta do novo Estatuto para a USP, elaborada pela comissão nomeada pela reitoria, devemos assumir algumas premissas:

1) A discussão do estatuto está intimamente ligada à sucessão do reitor, na medida em que ambos podem representar, se a comunidade se mobilizar para tanto, o início do processo de transformação e democratização da USP.

2) É improvável que seja aprovado qualquer estatuto, antes da posse do próximo reitor, o que significa que um Estatuto democrático precisará do aval deste para ser implantado, e por isso a comunidade deve se mobilizar pelas eleições diretas e a escolha de um nome comprometido com a transformação.

3) Caso contrário, discutiremos abstrações enquanto os setores reacionários se articulam e se divertem vendo a falta de mobilização em torno da sucessão. A campanha direta para reitor precisa "ganhar as ruas" dos campi.

Dito isto, passemos ao Estatuto: a proposta vem em uma embalagem à primeira vista democrática. Amplia a participação dos docentes não-titulares, alunos (de 10 a 17% no C.O.) e inclui os servidores (art. 20 inc. IX e XIII), além de eliminar os representantes patronais, substituindo-os por representantes da Assembléia Legislativa (art. 20 inc. XII). Atende a princípios como livre expressão de todas correntes de pensamento (art. 30), prestação de serviços à comunidade (art. 2º inc. VII), comprometimento da USP com a democracia (art. 2º inc. III). Fixa o quórum de maioria absoluta, ao invés do atual (de 2/3), para mudar o Estatuto.

Mas não basta a fixação de objetivos como os descritos; é preciso que haja mecanismos que assegurem seu cumprimento. Será que numa tituloocracia realmente todas as correntes de pensamento tem espaço? Como formar "cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para a sociedade" se não está garantida a democracia na USP? Como fazer com que o preceito de que a USP deve prestar assistência à comunidade, que existe no atual Estatuto, saia do papel? A descentralização é tão somente a multiplicação de estruturas burocráticas? A tudo isso, a proposta não dá respostas...

OS NOVOS COLEGIADOS

Ao mesmo tempo que a composição do Conselho Universitário é "melhorada" (embora ainda aquém das expectativas de um colegiado democrático), retiram-se alguns de seus poderes, com a criação de dois outros colegiados: o Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP) e o Conselho de Legislação e Recursos (CLR).

O CAP é composto pelo reitor, 15 professores no mínimo livre-docentes, 2 graduandos (10,5%) e 1 pós-graduando (5,3%). Cuidaria do planejamento, discriminação orçamentária, gestão de fundos, distribuição de recursos. Para derrubar suas decisões o C.O. precisaria do quórum de 2/3 (art. 26, único). O CLR compõe-se do vice-reitor, 16 professores titulares (4 dos quais com formação jurídica, 2 graduandos (95%) e 2 pós-graduandos (9,5%); é a instância que aplica punições, julga recursos dá pareceres sobre legislação. Suas decisões são irrecorríveis na via administrativa (art. 32, único) o que significa, que só serão derrubadas na Justiça.

Com isso, procura-se dar tratamento técnico a questões políticas, esvaziar o colegiado político e fortalecer os "técnicos", todo-poderosos (decisões irrecorríveis ou vetadas por 2/3 do C.O.), cuja composição é predominantemente de professores titulares, poucos alunos e nenhum funcionário. Mas a grande novidade, é a transformação da USP numa federação de sete unidades de poder: as três áreas na Capital e os 4 campi do Interior. Com base nisso, fixam-se os representantes dos docentes (art. 20 inc. VII e VIII), alunos (art. 20 inc. IX) e funcionários (art. 20, XIII) no Conselho Universitário. Criam-se os colegiados da área e de campos.

Tal divisão é completamente aleatória. Como se a Capital também não tivesse 3 campi e o Interior 3 áreas. Não há sentido em dividir os representantes no C.O. em delegados de áreas e campi. Desvirtua o conceito de representação: os representantes são eleitos segundo uma proposta de atuação, independen-

dentemente da área ou campus a que pertençam. Além disso, não se pode dar, por exemplo, o mesmo peso ao campus de Bauru e à área de humanas na Capital. É um absurdo que suprima qualquer critério de proporcionalidade; quanto aos conselhos de área, sua função é gerencial, e na prática serão retificadores de decisões. Parece a criação de mais uma estrutura e aumentar a burocracia na USP e a emperrá-la.

O mesmo se dá com os conselhos de campus em Bauru e Piracicaba, onde só há uma unidade; só fazem sentido em Ribeirão Preto e São Carlos mas deve haver espaço para que as comunidades daqueles locais assim o decidam.

Uma proposta razoável é a criação de colegiados de curso, dia por onde se implementaria interdisciplinariedade (art. 64, único). Mas os estudantes devem estar neles representados.

*** Quando o privado se traveste de público ***
"O conteúdo do anteprojeto é conferir à Universidade Pública, autonomia gerencial, didática e financeira frente à centralização do Estado, abrindo-a à livre iniciativa em termos de captação de recursos, destinação de pesquisas, pagamento e contratação de pessoal, administração de excedentes, orientação de cursos, sem quaisquer critérios de elaboração e fiscalização orçamentária, etc" (prof. Wolfgang Leo Maar, em "O carrosso da Universidade", *Folhetim*, 25 de Agosto de 1985, comentando o projeto da Lei 4989185, da ex-ministra Ester Ferraz). Essas palavras ampliam-se a uma análise da proposta de Estatuto da USP: No que se refere à fiscalização orçamentária, o atual Estatuto prevê que ela se faça pelo Governo Estadual, o que é suprimido na proposta; também não seria o Conselho Universitário a controlar o orçamento, mas o C.A.P., que gere também fundos especiais (art. 11, inc. III), que podem ser instituídos inclusive por pessoas jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras (Obs.: seu atual Estatuto cita recursos provenientes de serviços prestados à comunidade). A expressão "a comunidade" é suprimida. Por que? A meu ver legitima convênios que a USP faça para prestar serviços a instituições privadas (art. 12, IV). Faltam ainda ao Estatuto proposto dispositivos que coloquem as fundações que atuam na USP sob o controle da comunidade. O Estado deve injetar recursos públicos nas universidades públicas. A prática demonstra que as fundações estão ligadas a interesses privados que interferem nos currículos, direcionam as pesquisas e se valem da universidade e de sua infra-estrutura material e humana, paga com recursos públicos, para baratear os custos de seus projetos e, sempre que possível, vendendo-os a órgãos públicos.

**** FINALMENTE: nós! ****

O corpo discente é regulamentado no título VII (art. 102 a 106). Uma proposta interessante, a ser discutida, é a ampliação do calendário escolar, de 180 para 210 dias. A frequência é obrigatória (art. 103), repetindo-se mais uma vez esse equívoco de misturar rendimento escolar e frequência, contra o qual se levantam os estudantes de Direito da USP e o C.A. XI de Agosto.

O art. 101 "permite" a organização do DCE e "diretórios setoriais", que devem significar Centros Acadêmicos (Centro Acadêmico: entidade estudantil constituída sob forma de associação civil, que existia quando a Universidade era um pouco mais democrática...) É um absurdo. Não cabe à USP permitir ou deixar de permitir: o dispositivo é, no mínimo, ocioso. A Constituição Federal assegura o direito de livre associação (art. 153 § 28). Querêr cercá-la é um abuso e um desrespeito às liberdades públicas. Mais absurdo é o corolário do dispositivo, segundo o qual os C.As. deveriam prestar conta de seu gestão financeira à administração universitária, em mais um desrespeito à Constituição. É justo que os C.As. prestem contas à USP das verbas que dela receberem. Aliás, está dito que devemos prestar contas, mas não está dito que as entidades receberão verbas...

Quando à participação discente nos colegiados, há que se fazer duas observações: 1) A proposta não contempla sequer o percentual hoje admitido em legislação federal vigente desde 1979, de 20% dos membros. 2) Há um absurdo fracionamento do corpo discente em graduação e pós-graduação.

Portanto, tal proposta não nos serve. Esses são alguns pontos que a representação discente no C.O. discutiu e queria levantar, para contribuir com o debate sobre a questão, lembrando sempre que o mais necessário neste momento, é o engajamento dos estudantes na campanha pelas

DIRETAS PRA REITOR!!!!

Mudanças na Escola Médica

Frederico Simões Barbosa

Quando se pensa em mudanças na escola médica, corre-se o risco de estar incorrendo na indefinição das propostas conformistas de mudar sem produzir mudanças, de modernizar sem atualizar. O momento político que o País atravessa não permite tergiversações sobre o tema tão atual e humano como a educação.

Falta à universidade brasileira definição clara de seus objetivos. E, quando ela se posiciona neste sentido, o faz com a conotação elitista de uma instituição que se propõe como centro de produção do saber e de formação de recursos humanos de "alta qualidade" para atender à demanda do mercado. Isto faz questionar o que se entende por saber, por qualidade e por mercado de trabalho.

O saber acadêmico em nossa sociedade está ligado ao poder interno da universidade que, por sua vez, está embutido no sistema de dominação exercido pelos países do Hemisfério Norte. Assim, o saber é limitado e controlado pelos interesses do complexo econômico-empresarial, servindo a determinadas classes ou grupos.

Qualidade e competência não se excluem. Ambas deverão ser definidas de acordo com os objetivos da Nova Escola Médica. Em decorrência, pergunta-se: qualidade para quem e para quem? Qualidade e competência não podem ter sentido neutro e camuflado. A formação atual e elitista do educando simplesmente o qualifica para um determinado tipo de trabalho que o coloca à margem da realidade nacional, a serviço de interesses subalternos. A competência, em uma universidade renovada, o qualificará para atender às necessidades da sociedade à qual ele deve servir, e não dela se servir.

Os objetivos da universidade que desejamos estão, evidentemente, fora do campus universitário, inserido no seio da própria sociedade à qual ela pertence. O saber e os recursos humanos produzidos pela universidade só serão válidos se estiverem subordinados ao bem estar social.

A educação não pode deixar de estar socialmente comprometida. Ela não pode ser neutra, desde que é experiência vivida por homens em sua concretude histórica. Por consequência, a educação vai além de sua dimensão puramente pedagógica para inserir-se no contexto sócio-político das nações. Como processo essencialmente mutável, está sempre voltada para o futuro. Ela jamais deveria pretender reproduzir as estruturas existentes, mas sim renová-las.

O conceito dinâmico da educação procura evitar o imobilismo das definições clássicas quando se cuida apenas de reproduzir a sociedade que, assim, se justifica a si própria, procurando impor e multiplicar o seu modelo para sua manutenção e continuidade.

Como as demais atividades humanas, a educação não pode estar desvinculada dos modos de produção econômica. E como o objetivo maior da educação é o homem, e este está inserido em uma sociedade, compreende-se o papel ativo que ele deve desempenhar com ser social.

Não se pode ignorar ainda que a educação é um processo subordinado à estrutura sócio-econômica de um país em determinado momento histórico. No entanto, a noção de que as sociedades estão em constante processo de mudança faz admitir que a educação se possa colocar na vanguarda das conquistas sociais.

Em uma sociedade, como a nossa, economicamente dependente, marcada pela marginalidade e corroída pela pobreza absoluta de grandes contingentes populacionais, mais relevante ainda é o papel da educação como força social.

A imperiosa necessidade de ligar o ensino à realidade concreta vivida pela comunidade tem conduzido o pensamento dos educadores atuais para a inelutável necessidade de fazer o educando não apenas conhecer, mas sentir aquela realidade. Este é, assim, o ponto central em torno do qual irá girar toda a problemática da aquisição do conhecimento, em todas as suas dimensões, baseado na experiência prática, sob o domínio da reflexão e da crítica. Somente esta atitude permitirá ao aluno desenvolver adequada compreensão da realidade, permitindo a elaboração de instrumentos transformadores.

A compreensão tem forçosamente sentido globalizante. Ela nasce e se nutre da experiência vivida, metabolizada com a aquisição gradativa do conhecimento. Este, entretanto, só é seguramente assimilado quando é exigido pelo aprendiz e despertado por suas vivências. Nada deve ser oferecido e, muito menos, imposto ao educando. Ele deve comportar-se como um aprendiz, cuja oficina é a sociedade que ele precisa conhecer criticamente com o sentido de contribuir para a sua transformação. Ao professor, cabe o papel de coordenador dessas experiências dentro de uma visão político-dialética.

A educação tem, por um lado, de estar inserida em contexto social e político democrático, o que significa descentralização, autonomia e participação da comunidade. Por outro lado, e como consequência, deve estar forçosamente comprometida com a superação e a transformação da sociedade. Este é o objetivo finalístico da educação. Por isso mesmo, como processo, ela não termina, e deve acompanhar a evolução da sociedade, caminhando sempre na vanguarda.

Os compromissos acima, que deverão orientar a Nova Escola Médica, estão intimamente ligados à renovação do sistema de saúde. As mudanças que se esperam ocorrer no setor saúde modificarão os perfis de seus profissionais, obrigando necessárias transformações no setor educacional. O documento "Programa de Integração Docente - Assistencial", editado pela SESu/MEC em 1981, quando se previam as modificações do setor saúde, através do PREVAÚDE, é o repositório das idéias e conceitos desenvolvidos neste artigo.

O Prof. Frederico Simões Barbosa pertence ao Núcleo Regional da ABEM (Associação Brasileira de Educação Médica) do Rio de Janeiro. Este artigo foi originalmente publicado no Boletim da ABEM, XVII (2): 1-6, março/abril 1985.

A Personalidade do Médico E sua influência na Escolha da Profissão

EDSON TOYOJI MURASAKI

Em primeiro lugar cabe perguntar: Existe uma personalidade médica? Existe um modo de ser que predisponha alguém a seguir tal ou qual profissão? Certamente existem estereótipos, como aquele comum às três profissões universitárias mais conhecidas: se a criança gosta de números, ela será um engenheiro, se é desinibida e falante, um advogado e se mostrar algum interesse por biologia vai seguir medicina. Com a divulgação crescente dos outros cursos o leque se ampliou em todas as áreas, mas a dúvida persiste o que leva o estudante a optar?

Falou-se em gostar, mas ter afinidade por um campo do conhecimento humano não implica em gostar da profissão e ela associada. A idade em que a maioria é obrigada a escolher é muito tenra. No caso específico do estudante de medicina, ele, em geral, nunca trabalhou, só tendo-se dedicado à escola. E, de certa forma, um privilegiado, mas por outro lado é um teórico, com uma visão parcial do mundo.

Na hora de escolha talvez nem saiba o que é medicina. Pode ter sido influenciado por algum conhecido que fosse médico, pode ser a curiosidade científica ou até mesmo a mórbida. Pode pensar que é bonito andar vestido de branco ou que queira ser chamado de "doutor", pode querer o poder de que se julga empossado ou talvez pretenda fazer algo pelos outros. Quem sabe escolheu assim porque os amigos também o fizeram ou por imposição da família.

Quantos desses não se frustrarão? Quantos não irão transmitir suas frustrações aos pacientes e à qualidade de atendimento aos mesmos? Quantos deles desistirão e quantos irão em frente devido à própria pressão da sociedade? Essa mesma sociedade que lhes confere poderes quase que absolutos sobre a vida, a morte, o que em parte é responsável pela arrogância que acomete aos muitos. E não só isso. A própria faculdade tem uma mentalidade que procura mostrar ao aluno que ele é ou vai ser médico, o detentor do saber, da verdade, o que toma as grandes decisões pelo paciente sem admitir contestações, já que ele estudou para isso.

No entanto, o avanço tecnológico e científico tornou o conhecimento mais técnico, mais impessoal, mais distante, relegando a segundo plano a cultura humanística. Tanto assim que matérias onde se procura filosofar, fugindo ao esquema da prova da verdade científica, não são muito

bem vistas. Esquece-se de ensinar a humildade a quem deve lidar com outras pessoas, com indivíduos, ou seja, seres que não podem ser divididos, que não podem ser considerados um amontoado de tecidos, órgãos ou sistemas a serem dispostos pelas diversas especialidades.

Esquece-se principalmente que o paciente não é um leito, não é um caso, mas que ele pensa e sente. Pode-se procurar justificar dizendo que o médico toma uma atitude mais distanciada para melhor julgar o quadro, mas não seria melhor se fosse estabelecida uma certa empatia? Não seria na verdade uma atitude de defesa ante a constatação de que ele não é tão onipotente como pretendiam fazê-lo acreditar e que, sendo apenas humano, ele também pode errar e isso é intolerável?

Diz-se que o antigo médico oriental tinha que ser primeiro um filósofo, alguém que compreendesse a Natureza, para depois poder criar. Não estaria faltando isso atualmente? Voltando aos estereótipos, em geral pensa-se em três tipos de médicos, aquele que trabalha em três empregos, cem horas por semana, atende no INPS e só pode dispensar cinco minutos para cada paciente, o qual, obviamente, não examina; o cirurgião, agressivo, dono da verdade e do paciente e o clínico antigo, o médico da família que conversa, explica, dá atenção a tudo que o paciente diz e chega mesmo a ser um amigo. Seriam estes ainda que de forma caritativa, aspectos da personalidade do médico?

Parece que sim pois é claro que tal carreira envolve boa dose de estudo, de trabalho, de sacrifício de uma certa forma, coragem para realizar determinados atos quando uma vida está em jogo e, talvez o mais importante, amor por aquilo que se faz, para que não se faça como uma obrigação.

Quando da escolha da profissão muitos não se dão conta desses aspectos mesmo porque podem nem ter consciência deles. Talvez optem da forma como citados em parágrafos anteriores mas o desenrolar da carreira se dará segundo a percepção de tais coisas e de como se adaptem ou não a elas.

Finalizando, o autor gostaria que este texto servisse ao menos para uma reflexão que viesse a evitar que se repetisse a cena caricaturada por Quino, em sua "Mafalda".

A liga do ambulatório popular



Fonte: Departamento Fotográfico do I.S.U.
Construção do Ambulatório Popular em Itapeperica da Serra, atualmente já concluída.

A Liga do Ambulatório Popular existiu no CAOC há 20 anos atrás, integrando o Movimento Universitário de Desfavelamento, com diversas faculdades, num programa de grande repercussão social. Não nos estendemos aqui a descrever o que era a antiga Liga do Ambulatório Popular ou o que representou o MUD, pois para nosso programa, nos utilizamos apenas do mesmo nome "Liga do Ambulatório Popular" e da idéia básica de atendimento à população carente, sendo que não temos nenhuma ligação com o já extinto MUD.

Procuramos alguns colegas que nos ajudassem a estudar a viabilidade de montagem deste trabalho e formamos um grupo de acadêmicos, procuramos um local onde poderíamos trabalhar e conseguimos uma casa para abrigar nosso ambulatório (cedida pela Instituição Beneficente "Casa da Passagem"), onde atenderemos a população carente do Bairro da Lagoa em Itapeperica da Serra.

Nos empenhamos na luta em busca da melhor maneira de contribuímos para a melhoria das condições de saúde da população carente, sem no entanto nos adiantarmos com grandes pretensões, pois sabemos quais são nossos limites e qual é a amplitude de dificuldades que encontramos à nossa frente. No entanto procuramos ao menos contribuir com o pouco que podemos (lembrando da colocação da Carolina do 1º ano, quando disse que se conseguíssemos ensinar uma criança a escovar os dentes, já seria muito válido), ficando ao menos o exemplo de boa vontade, trabalho e altruísmo para aqueles que muito podem e nada fazem.

As dificuldades já começam na montagem do estatuto, onde as linhas básicas de atuação são estabelecidas, as quais exigem zelo na sua colocação. Nossos conhecimentos sobre trabalho com a população são muito precários, exigindo do grupo muitas reuniões de estudo, nas quais tivemos que aliar a necessidade do estudo aprofundado com a necessidade de se tomar medidas práticas mais imediatas. Realmente é uma luta que exige muita dedicação e um senso crítico aguçado.

Hoje temos uma média de 15 acadêmicos de diversos anos que estão realmente se dedicando para que a idéia vingue.

O inquérito epidemiológico de reconhecimento geral foi feito neste 1º semestre de 85, com o intuito do tomarmos um contato mais direto com a comunidade a ser atendida; abarcamos 100 famílias do Bairro da Lagoa e cercanias de Itapeperica da Serra, para inicial atendimento, o qual faremos todo o sábado à tarde. Com este inquérito e muitos estudos poderemos montar o esquema de educação para a saúde a priori; outros inquéritos e estudos faremos para colocar o trabalho avançado.

Nesta 2ª semestre de 85 continuamos na montagem, nos estudos, nas tentativas; sabemos que na prática a teoria é outra e somente no trabalho in situ conseguiremos aprender e aperfeiçoar nosso trabalho com a comunidade assistida.

Os objetivos da Liga do Ambulatório popular são:

— Dar atendimento à população carente, segundo critérios, dentre os quais destacamos a prioridade para Medicina Preventiva e educação para a saúde; o respeito à cultura própria da região; não tomar atitude paternalista frente à comunidade assistida, tendendo a torná-la autossuficiente; não levantarmos bandeira política nem religiosa.

— Levar o CAOC a maior atuação social

— Trazer ao acadêmico de medicina a visão da realidade médico-social do Brasil.

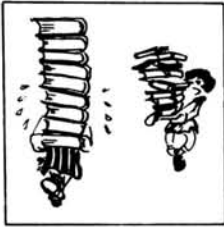
— Nosso grupo está formado e não abriremos novas inscrições este ano de 85. No entanto no ano de 1986 a Liga do Ambulatório Popular estará aberta a novos interessados. A idéia é boa e vale a pena concretizá-la.

Sérgio Felipe 3º B



BILHETINHOS

YEH CHIH YUNG



Lu:

Acho que devo agradecer em nome do pessoal por sua grande iniciativa e da Sueli; creio que a presença de alguém como vocês faz com que os seres humanos caminhem mais harmoniosamente.
(Não vai me anunciar como seu futuro ministro de relações pessoais?)

Gil.

Lu:

Obrigado pelo bilheteinho. Não estou com sono. Talvez o meu ânimo seja como o tempo, cheio de variações imprevisíveis.

Seu parceiro madrugador. Gil.



Lu:

Soube ontem que Sara acabou com o Juca; você precisava ter visto a grandeza daquele talento de Juca, o estado lastimável em que se encontrava, tal a tristeza que o assolava. Acho que era a primeira vez que alguma infelicidade abate o nosso maior galã. Não dá para acreditar, ele não tinha mais palavras; e muito menos dá para entender a Sara; que será que aconteceu?

Conselheiro titular da Associação dos Sentimentos Fraternalis; Gil

Lu:

Na aula passada você se queixou de que há muito tempo eu havia esquecido dos bilheteinhos. E nesse dia vi o seu sorriso de volta, daquele mesmo que você sempre esboça toda a vez que recebia minha mensagem.

Sabe? Toda vez que escrevo algo sempre me lembro de alguma história. Um dia contei para Sueli a historinha de um garotinho de doze anos que gostava demais de sua jovem professora. E todos os dias ele pedia para mãe dele uma maçã ou um péssigo a mais e levava escondido para a escola. Assim, sempre que a professora chegava, tinha uma fruta bem no meio de sua mesa. Então ela dizia: "Então, algum anjinho gosta de mim, e tem vergonha de falar?". O menino ficava de todo o vermelho e olhava para o chão, pensando que o restante da classe e sua bela princesa o olhavam. E um belo dia, como a história aconteceu numa cidadezinha campestre no leste do Canadá e o menino sentava ao lado da janela, ele ficou aborrido no pequeno riacho que corria atrás da pequena colina, a poucos quilômetros da escola. Ali ele viu sua professora deitada na margem do riacho coberto de flores silvestres; então, de repente, surge do nada um enorme elefante, jamais visto no seu pequeno mundo animal, e que vinha a toda a velocidade na direção de sua amada; os instantes iam passando e as angústias dela aumentavam, foi então que ele surge para derrubar o indomado quadrúpede, salvando-a da gigantesca pata. E quando ela ia se levantar para abraçá-lo, alguém soltou um grito lancinante: "PEIXE!!!"

Foi então que percebeu que a professora o chamava pela terceira vez. Ela indagou bravamente: — "De que eu estava falando?" — "Háááá..."

Envergonhou-se dos risos dos colegas e teve que receber o castigo de escrever cento e cinquenta vezes repetidamente "Jamais vou me distrair durante a aula".

Quando as primeiras folhas de outono deixaram as ruas um aspecto desolador, o pequeno menino soube, dois dias antes, do aniversário de sua professora, e ficou todo espantado de alegria. Ele queria dar um presente bem especial, o melhor, o mais bonito. E no dia seguinte, escalou os atalhos da pequena colina, ficou procurando no meio de muitas flores a tarde inteira; escolhia e jogava fora o que havia achado anteriormente, porque cada uma parecia mais bonita e que mais combinava com a estrela de seus sonhos. Finalmente, a penosas trabalhos, dentre uns rochedos ingrimes, encontrou uma flor tão bela que deslumbrou seus dois pequenos olhos e saiu saltitando. Tarde de esfoço fora compensada.

Assim, na manhã que seguiu, num clima de muita festa, o garotinho aguardou com toda a ansiedade — pois queria ser o último a entregar o presente — e finalmente chegou a sua vez; subiu, quase trêmulo de alegria e medo, e quase sem olhar para ela, deixou a flor bem empacotada na sua mesa. Quando já ia se misturando com seus coleguinhas, viu e ouviu:

— "Que flores lindas!"

Viu ainda os olhares dela morrerem naquela raridade que lhe custou uma tarde e depois ouviu a doce voz chamar o seu nome. Estalaram dois beijos tão surpresos quanto paralisantes; outra vez ele ouviu:

— "Nunca vi flores tão bonitas, obrigada!!"

O resto do dia nem se imagina; desta vez, não foi "saltitando" e sim "saltando" grandes passos; ele estava longe de perceber o que o aguarda para o dia seguinte.

Assim, quando voltou à escola, deu pela falta de sua professora logo que entrou na sala de aula, e para sua total surpresa, foi imediatamente convocado para a diretoria.

Entre passos indefinidos e revoltosos, o velho diretor vinha e ia da pequena sala quase coberta de fumaça de cigarros: ele percebeu que algo de grave deveria ter acontecido, pois até a sua mãe fora chamada para vir à escola. Por que será que chamaram ele? Onde está a minha professora? Perguntava a si mesmo muito preocupado.

— "Paul, sabe por que a professora ainda não veio hoje?" Bradou o diretor.

— "Nããããã..."

— "E sabe onde ela está agora!?!?!?" Fala cada vez mais carrancudo.

— "Eu não sei..."

— "Pois bem...", era o início do desfecho e o diretor assumiu um ar mais indignado possível, "ela está no hospital!!!! Tudo por causa de uma flor que não sei de onde você trouxe!! E deixou ela toda ferida!! Viu tudo o que você fez!?!?!?"

— "Não, não", já ia quase chorando o nosso pequeno não compreendido, "eu não sabia que você..."

— "Pois vai ficar de castigo por dez dias. Agora vá! E pense nesse transtorno e problema que você causou!"

O nosso herói saiu num dilúvio de lágrimas; não pelo fato da bronca que levava do diretor, mas pelo fato de sua flor ter danificada sua querida professora. Entre um monte de medo, preocupações e sentimento de culpas, só teve um desejo na mente: queria ir ao hospital.

Entre aquele labirinto de objetos brancos e o início da tempestade que reinava no seu pequeno coração, ia aos tropeços ainda com as últimas lágrimas; encontrara sua professora deitada numa cama, numa sala do fundo do corredor. Ela estava com o resto semi-envolto de gaze. Paul, num impulso instintivo — a professora já vira que ele entrara na sala — debruçou-se sobre ela; e foi uma nova inundação de lágrimas, desta vez, de dor, de culpa, de compaixão e de angústia. E percebeu a mão débil dela acariciando seus cabelos. — "Aqueles maços foram de você, não é Paul?"

Incrédulo, surpreso, Paul mal pronunciava:

— "Como você soube?"

A mão delicada da professora seguiu na direção de seus olhos, agora limpidos de gotas cristalinas.

— "Paul, um homem não chora, não é? Não se preocupe, vou ficar logo logo boa!"

— "Você vai ficar boa?" Uma nuvem de alívio, afinal, desce no pequeno coração ferido.

— "Vou sim. E obrigada, Paul, nunca vi flores tão belas!"

Então, os pequenos olhares cruzaram com os da professora, instantes que duraram séculos. As lágrimas desapareceram e a dor do nosso pequeno estava curada.

"Paul", dizia a professora segurando-o com as mãos ainda trêmulas de emoção, "Quando meu filho crescer, quero que ele seja igual a você".

Assim termina a historinha; Lu, algum dia quero ser que nem esse menino.

() historiador que você inspira, Gil

Lu:

As vezes percebo que todas as mulheres precisam das palavras doces de mel que só um homem, e um só, pode inspirar; e nós homens precisamos dessas intimidades o quanto mais próximas, nos braços apaziguantes capazes de fazer milhares de nós.

De certo, algum cavaleiro já empunhou sua sagrada espada e encheu o coração de valentia só de pensar: "sou herói da minha pequena". Talvez, um olhar fugaz, um resto mais delicado, deixa vestígios indeleveis para a eternidade; e conduziram às inúmeras conquistas de bravura alcançando as promessas inquebrantáveis.

Mas vi seus braços nos dele, e nos meus, apenas algum vento e imaginações que algumas nuvens solitárias do firmamento testemunharam. Meu império desmoronou e minha valentia inexistiu. Eu perdi o meu ideal. Lu, será que estou escrevendo essa mensagem para você?

"De amizade à afeição, foi um caminho fácil; "

Da afeição à amizade, será um retorno difícil. "

Creio que me encontro diante de um caminho sem retorno, quando percebo que também não mais posso avançar. Foram alguns bilheteinhos... fruto algum vai nascer deles. Mas, talvez... talvez um dia, você ainda se lembrará dessa pequena história — e eu também haverá de lembrar — Uma história que não teve o começo, bela demais para esquecer.

O último dos últimos...



Lu:

Hoje você diz que não colocaria nos cabelos as flores que trouxera, porque outros iriam falar de sua vaidade. Não; na vista de quem não sabe apreciar, não há flores. Coloque-as, pois as flores só se tornam flores nos seus cabelos cor do sol.

Que importa o que outros vão dizer?

Seu admirador. Gil



Lu:

Obrigado pelo bombom; não foi um bombom, foi mais que um bombom. Puxa, não sei como descrever.

Seu adoçado Gil.

Lu:

Amanhã vai ser o último dia de aula com Khazan; o que será que vamos preparar para nosso mestre? Acho que o pessoal vai pedir para Tic comprar um bolo. Puxa vida, porque momentos tão bons são tão fugazes? Em cada canto do Instituto parece que vejo ainda sorrisos e ouço o "Verão de 42" que até o Khazan elogiou.

Um dia falei para ele que há um provérbio que diz: "Não há uma boa festa sem despedida". Será que teremos mais algum Khazan em nosso curso universitário? Eu creio que não. Escreva alguma coisa amanhã na lousa para ele, sim?

"Nós somos a fera, o resto em vão, somos da turma, de mestre Khazan..."

Gil



I FEMEMESP: o que é isso?

Tentando resgatar o espírito de convivência e respeito presente no ECEM, resolvemos organizar um evento cultural entre as Faculdades de Medicina do Estado de São Paulo, de caráter não-competitivo. Pensamos então numa Mostra Musical, que se realizaria anualmente, nas várias cidades de São Paulo, a exemplo do próprio ECEM.

Nesta mostra, o espírito de confraternização teria que ser total. Para tanto, foram retiradas todas as restrições possíveis, como você poderá perceber no regulamento abaixo.

Várias reuniões já foram realizadas (como você deve ter visto no BIP) e pessoas da Santa Casa, Unicamp, Paulista, além de pessoas da própria FMUSP, já se incumbiram de algumas tarefas mas muita coisa ainda tem que ser feita.

Portanto, esperamos que, além de sua inscrição, você participe da organização do Festival.

Caso restem dúvidas, procure a Márcia, do 3º A, o Murilo, ou o Adriano, do 4º A. REGULAMENTO

— Poderão ser inscritos cinco conjuntos por Faculdade, no máximo.

— Serão duas músicas por conjuntos, no máximo.

— Não há número mínimo ou máximo de integrantes por conjunto.

— No mínimo um integrante do conjunto deve ser aluno de Medicina.

— A (s) música (s) poderão ou não ser próprias, de qualquer estilo musical e não sofrerão qualquer tipo de censura.

— Não será uma competição, portanto não haverá entrega de prêmio.

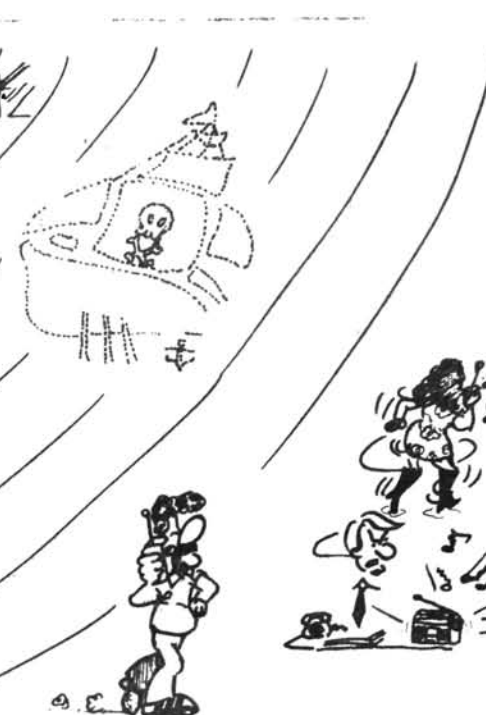
— Os conjuntos poderão ou não ser mistos entre as Faculdades.

— Poderá ser inscrito um apresentador, a critério do Centro ou Diretório, por Faculdade, desde que esta tenha no mínimo um conjunto inscrito.

— A inscrição deve ser feita por carta ou pessoalmente no CAOC, de 20/08 a 30/09.

— Da inscrição deve constar o número e o (s) nome (s) da (s) música (s) assim como seu (s) autor (es). A taxa de Inscrição é de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) por conjunto inscrito, em cheque nominal ao Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz"

ADRIANO SEGAL



Piratas são eles!

NÓS NÃO CORREMOS ATRÁS DO OURO...

Tarde de feriado no CAOC. Encontramo-nos com dois "piratas" do ar, que vieram conversar sobre a recente experiência das rádios livres na cidade de São Paulo. Do bate-papo com o Heracles (da Rádio Xilik, FM 106 MHz) e o Repórter Osso (da Rádio Totó ou Rede Totó Ternura de Telecomunicações) surgiu este texto, que traz algumas informações e idéias sobre esse movimento "pela reforma agrária na terra e no ar".

Como surgiu a Xilik, a iniciadora desse recente surto de rádios livres? Heracles explica... "A idéia vem da Europa, onde existem várias rádios livres em funcionamento atualmente, e teve grande importância na Nicarágua durante a Revolução Sandinista. Em 1982, a vinda de Felix Guattari, um pensador e militante francês engajado no movimento europeu de rádios livres, trouxe para o Brasil mais informações sobre essa experiência alternativa e incentivou alguns grupos que vinham se interessando pelo tema. Guattari veio em 82 dar seu apoio a alguns antigos conhecidos seus — Eder Sader, Marco Aurélio Garcia e Catarina Koltai — que se candidataram, pelo PT, às eleições naquele ano; e foi justamente dos grupos de apoio a essas candidaturas alternativas que surgiu o coletivo inicial da Xilik. "No dia seguinte ao da morte de Tancredo Neves ou seja, mais de dois anos depois —, a idéia de rádio livre transformou-se em decisão de efetivamente realizá-la. O objetivo era claro: "furar o bloqueio" da grande imprensa, que vinha cobrindo de modo uniforme e distorcido toda a agonia e morte do Presidente. Em suma, desejava-se colocar no ar outras vozes, outras opiniões e visões.

Mais de quatro meses se passaram até que se montasse o transmissor ("tão pequeno que cabe numa panela ou caldeirão"), que se instalasse e ajustasse a antena, que se gravassem os primeiros programas. Em agosto a rádio entra no ar, com ampla cobertura da Folha e da Veja. A partir daí, a existência da Xilik era um fato notório. Hoje despontam (ou "florescem") novos transmissores em Interlagos, em Guarulhos, no Rio e aqui perto no Butantã. Essas rádios seguem, de certo modo, o caminho proposto na Europa: a criação de múltiplas rádios comunitárias em cada país, com raio de ação restrito a um grupo populacional que possa efetivamente participar da programação de sua emissora. Cada rádio é um veículo para a comunidade expor seus problemas e suas propostas culturais, sociais e políticas e realizar, deste modo, sua integração sócio-política. É evidente que isso tem provocado choques freqüentes com o Estado: na Itália, por exemplo, até mesmo em cidades administradas pelo PCI as rádios livres são perseguidas; na França, Mitterrand — que recebera apoio de diversas rádios livres — restringiu seu espaço no dial das FM, por motivos comerciais. A Rádio Alice, na Itália, é um rico modelo de atuação das rádios livres: quando necessário — no momento de prisão de algum "companheiro", por exemplo — a Alice convoca amplas manifestações populares em alguns minutos, de modo muito mais eficiente que milhares de panfletos impressos.

O papel político da Xilik em São Paulo (pois que evidentemente ela o tem): "brigar por espaços nos meios de comunicação de massa". A esquerda teve grande papel na renovação da imprensa ao lançar os jornais "nanicos" — os tablóides alternativos como Movimento, Pasquim (da fase inicial) e alguns jornais de organizações. Por que não disputar agora o espaço das rádios? Abrir uma rádio pirata, informa Heracles, sai mais barato que editar um jornal e tem muito maior alcance e penetração. O equipamento inclui transmissor, antena (semelhante à de TV) e microfona



— e em valores atuais não passa muito de Cr\$ 1,5 milhão. Os programas são gravados (em fitas de metal) na casa de alguém que disponha de uma boa aparelhagem de som — o que não é tão difícil encontrar...

E o Dentel? Cabe ao Departamento Nacional de Telecomunicações fiscalizar o funcionamento das rádios no Brasil, impedindo a "pirataria" ou seja, a abertura e funcionamento de rádios sem registro legal. Mas Heracles informa que "é fácil fugir do Dentel". O importante é criar uma articulação política de solidariedade e autodefesa das rádios, de modo que os transmissores circulem por diversos lugares numa mesma semana (o que dificulta sua localização) e que a comunidade defenda sua rádio (o que torna muito mais complicado apreender ou lacrar o equipamento). Além disso, queiramos reconhecer ou não, a universidade — com sua autonomia — dificulta a busca do equipamento e o flagrante nos "culpados".

A rádio livre é um espaço de militância política e de realização de prazer. Seu conteúdo político — de contestação da política de concessão de rádios a grupos econômicos — concilia-se com o "prazer ao ouvir, prazer ao fazer" que proporciona. A produção dos programas da Xilik e da Totó é coletiva; há vários grupos, cada qual envolvido na elaboração de um programa semanal autônomo em relação aos demais. Aliás, não existe a preocupação de definir a "linha" de cada rádio, embora cada uma delas tenha um perfil próprio que é resultado do próprio coletivo que a realiza. A Xilik conta com mais de vinte colaboradores constantes, que se revezam na produção dos programas. E a To-

tó dispõe de uma cachorrada considerável...

A essa altura, o Repórter Osso começa a ragnar: estamos falando muito da Xilik — que, de certa forma, rompeu o himno do silêncio — e esquecemos a Totó, que também tem suas histórias. A começar pelo patrocinador: o dentifício Dentel. "Se seu cão de guarda ladra mas não morde, passe a aplicar-lhe regularmente o dentifício Dentel. Com Dentel seu cão de guarda vira uma pomba branca no céu". É claro que a Totó deve ter programação religiosa — e para isso contratou o cão-pastor evangélico Rex Hubbard, que disputa arduamente seu espaço com Lessie, a sexóloga. Segundo o cão-sindicalista São Bernardo, "a emancipação dos vira-latas será obra dos próprios vira-latas" Rin-tin-tim é o repórter policial e Xiauu, o repórter e narrador esportivo, responsável pela transmissão da Copa do Mundo de 86, do México. E Snoopy é o correspondente nos States.

Onde fica a Totó? "Nenhum cão esperto diz onde entra seu osso". Mas se você mora em Pinheiros, Butantã, Vila Madalena ou cercanias, e ouvir algo diferente no ar (em FM), não tenha dúvidas: é a Totó. A Xilik chega até o Sumaré — e até mesmo perto da Lapa, com algum ruído. Transmite de segunda a sexta, entre 20 e 21h00, em FM (106 MHz).

O texto pára por aqui. O resto do conteúdo, quem tiver faro percebe. "Que mil transmissores floresçam!" SETEMBRO 1985 Depoimento para Maurici Ferreira dos Santos (4ºB) e Marcelo Urbano Ferreira (3ºB).

Guattari lança na PUC a época do pós-mídia

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES

O texto abaixo, de autoria do repórter da Folha Ilustrada Marcos Augusto Gonçalves, é um comentário ao debate com Felix Guattari que a Rádio Xilik organizou e transmitiu ao vivo em meados de agosto. Talvez ele traga algumas pistas para a compreensão — ou não — do que significa fazer hoje, no Brasil, uma rádio livre.

Finalmente, em agosto de 1985, o maio de 68 francês desembarcou no Brasil. Mais precisamente num pátio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na noite de segunda-feira, quando o psicanalista francês Felix Guattari, 55, participou de um debate com uma platéia de duzentos estudantes interessados nas experiências de criação de rádios e TVs piratas no País. Não havia barricadas, mas alguns dos clichês consagrados pela tradição contestatária que deu continuidade à revolta estudantil de maio estavam ali, surpreendentemente, intactos.

As mídias foram o ponto nevrálgico da discussão, movida pelo combustível de categoria como "explosão do desejo", ou "desobediência civil". Metido entre representantes de rádios e possíveis TVs "livres", Guattari pontuava as intervenções ancorado em sua experiência de intelectual francês simpático às causas autonomistas. As teses expostas por nossos "enfants terribles" repetiam os princípios da mitologia pirata europeia: "as rádios piratas não devem ter preocupação econômica, não devem ser legalizadas, porque se legalizar, dança". Ou: "O trabalhador tem que fazer e divulgar suas próprias notícias". Ou ainda: "É preciso

criar estruturas não hierarquizadas". Neste caldeirão, não poderiam faltar as críticas à chamada "grande imprensa".

Escaldado pela experiência francesa, Guattari, por via das dúvidas, fez concessões ao princípio de realidade e chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas nas diversas "etapas" do movimento em seu país. Mas encorajou: "Esta etapa que vocês estão vivendo é a mais emocionante de todas".

*** A era pós-mídia ***

Além de emocionante, é também a mais romântica. Se o movimento pirata corresponde a um certo patamar de modernidade atingido pela sociedade brasileira, o imaginário militante cultivado pelos envolvidos no projeto reproduz, com outra roupa, aquela fatia de ideologia "meia-oito" fascinada pela idéia da marginalidade "subversiva", da recusa totalizante a tudo que esteja relacionado com a realidade "do capital" ou da "instituição".

Um negativismo que, na verdade, é o muro final de um beco sem saída por onde se enfiou um setor da intelectualidade pós-68 francesa.

É até possível considerar que os tempos são outros e que estaríamos no limiar de uma época de radicais remanejamentos nos "territórios" das mídias — embora isto precise ser demonstrado. "O monolitismo do que chamo de produção da subjetividade pelas grandes mídias parece algo que está sendo rapidamente ultrapassado", diz Guattari. E para definir esta nova era, o pensador francês brindou seus ouvintes com a intrigante definição: "ERA PÓS-MÍDIA".